

Nesta edição

- Cenário pós-Olimpíadas imprime à China novos desafios
- China ultrapassa Argentina e já é o segundo maior parceiro comercial brasileiro
- Artigo especial: Jean-Pierre Lehmann, diretor-fundador do Evian Group, analisa o fracasso da Rodada de Doha
- China aprova nova legislação ambiental, mas ainda não alcança metas
- Capital especulativo recorde: Inflação ou desaceleração econômica?
- Possível pacote econômico divide especialistas
- *Dragonomics* comenta a supremacia accidental da China como produtora de alumínio

Olimpíadas

O sonho se transformou de fato em realidade?

Um mundo, um sonho. Sob esse *slogan* aconteceram os Jogos Olímpicos de Pequim 2008. As Olimpíadas foram cercadas de expectativas que iam muito além dos esportes e impuseram ao governo chinês dois grandes desafios. O primeiro, de ordem interna, era aumentar a legitimidade do Partido face à população, garantindo assim, maior estabilidade para dar continuidade às suas políticas. O segundo era mudar a imagem da China no cenário internacional e desmistificar premissas que permeavam o ideário da opinião pública mundial. Para ambos os fins, seria necessário que os Jogos Olímpicos de Pequim:

- fossem impecáveis no sentido organizacional;
- obedecessem a critérios internacionais de qualidade ambiental;
- não houvesse falhas de segurança;
- garantissem liberdade à imprensa e às manifestações;
- apresentassem brilhante desempenho dos atletas chineses; e
- fossem espetaculares do ponto de vista tecnológico.

Outro fator importante, e que gera grande expectativa por parte da comunidade internacional, são as políticas econômicas decorrentes dos Jogos e seus impactos na economia chinesa após as Olimpíadas. Tal expectativa é fruto dos receios quanto a possível crise mundial e o papel da China de continuar a amenizar os impactos dessa crise.

Passadas quase três semanas do término do evento, já é possível observar alguns resultados e conseqüências das Olimpíadas dentro e fora da China. No âmbito doméstico, destacam-se fortalecimento do sentimento de nacionalismo e questionamentos sobre o futuro da economia do país. Internacionalmente, as opiniões sobre China, de uma forma geral, estão visivelmente polarizadas. Alguns, principalmente os que desconheciam a China, maravilharam-se com a grandiosidade do evento e desenvolveram idéia positiva do país. No entanto, para outros, pode-se dizer que, apesar da festividade, o fim das Olimpíadas não significou o fim dos questionamentos sobre o futuro da China, em especial, a assuntos relacionados aos direitos humanos, democracia e meio ambiente.

No âmbito econômico, os gastos do governo chinês em construções para os Jogos foram temas de diversos debates no período que antecedeu o evento. Discutia-se se os

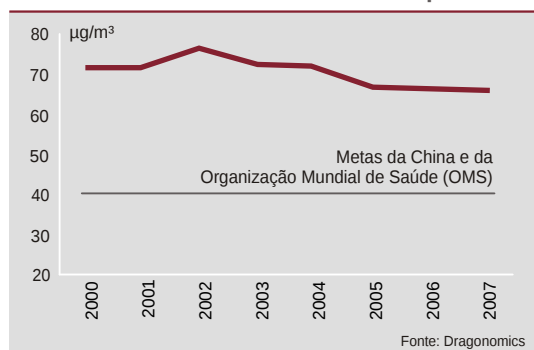
investimentos do governo, que totalizaram US\$ 42 bilhões, gerariam desaceleração considerável de gastos do Partido Comunista após as Olimpíadas e qual seria o impacto desta na economia do país. Devem-se ressaltar, entretanto, duas peculiaridades. Em primeiro lugar, apesar de alto, o montante de US\$ 42 bilhões representa apenas 0,5% do total dos investimentos chineses - que foi de US\$ 7,4 trilhões - nos últimos seis anos. Em segundo lugar, parte significativa dos gastos com as Olimpíadas foi destinada a obras infra-estruturais que, não somente terão utilidade após os Jogos, como seriam realizadas de qualquer forma. Apesar das perspectivas positivas não se deve, contudo, ignorar problemas ocorridos na preparação para o evento e seus efeitos negativos na economia chinesa.

Investimentos em projetos exclusivamente direcionados às Olimpíadas representaram menos de 10% dos US\$ 42 bilhões. A maioria destes não deverá ser reaproveitada e a tendência é de que sua utilidade, de fato, tenha sido restrita ao evento. Observam-se como exemplos estádios, uma vez que cortes de custos em sua fase de construção inviabilizaram sua adaptação a outros eventos, que não somente esportivos. Deve-se ressaltar, no entanto, que tais perdas, apesar de evitáveis, são comuns e ocorreram em outras cidades olímpicas como Sidney e Atenas.

Apesar dos gastos em projetos "perdidos", o total dos investimentos em infra-estrutura foi significativamente superior, o que garante saúde à economia do país. O sistema de transporte foi incrementado e Pequim ganhou quatro novas linhas de metrô, além de catorze outras que serão construídas na próxima década. Além do benefício à população chinesa, tais investimentos também serão aproveitados para intensificar o turismo na cidade. Foram construídos vinte hotéis de grande porte nos últimos doze meses, o aeroporto de Pequim foi ampliado, assim como a frota das companhias aéreas chinesas. Ademais, acordos têm sido firmados com países como Índia, Reino Unido e até mesmo Taiwan para aumentar o número de vôos entre eles. A política adotada pelo governo de restringir vistos, em especial, foi fator determinante para que o fluxo de visitantes durante as Olimpíadas tenha sido inferior ao esperado – a cidade recebeu 450 mil, ao invés dos 500 mil estimados. Contudo, a previsão (e o objetivo) é que o turismo seja cada vez mais intenso na capital chinesa, tanto pelo investimento quanto pela propaganda e exposição do país em razão dos Jogos.

Além de infra-estrutura, os investimentos também foram massivos em projetos relacionados ao meio ambiente. Estes receberam desde 1998 (início do pleito chinês para sediar os Jogos) cerca de US\$ 12,2 bilhões e, apesar das críticas e polêmicas que antecederam às Olimpíadas, durante o evento, as condições climáticas e a qualidade do ar em Pequim não foram alvos de reclamações. Ainda assim, deve-se destacar que os níveis de poluição permanecem altos e, portanto, projetos nesse sentido deverão ser mantidos. Os próprios cidadãos chineses têm manifestado seu desejo de que o governo mantenha as políticas e restrições ambientais.

Média anual de níveis de NO₂ em Pequim



Deve-se ressaltar a importância das Olimpíadas na manutenção das políticas de proteção ao meio ambiente, que iam de encontro ao interesse de diversos setores da sociedade chinesa. Após os Jogos, o lema "crescimento científico" do presidente Hu Jintao, ganhou maior apoio da própria população. O plano inclui metas de redução de emissão de gases poluentes por indústrias e automóveis, de desperdício energético, poluição dos rios etc.

Passadas as Olimpíadas, o governo precisará lidar também com os novos contornos que assume a economia chinesa. Primeiramente, deve-se destacar que a desaceleração da economia – motivada, sobretudo, pelas exportações - e dos investimentos não necessariamente significará perdas ao governo chinês. Com grande peso na opinião pública chinesa, a expectativa é de que a inflação dos preços deverá se manter, em média, em 5%. Ademais, é esperado que o Partido Comunista gaste parte das reservas acumuladas – especialmente devido à política de arrocho monetário adotada nos últimos meses – na redução da dívida do governo e na reconstrução das áreas afetadas pelo terremoto. A

expectativa é de que cerca de dois terços do total seja investido no plano de “sociedade harmoniosa”, como programas sociais, infra-estrutura, educação, desenvolvimento científico etc. Especula-se, ainda, que parte desse montante seja direcionada ao auxílio de determinados setores da indústria – prejudicados pela recente política de valorização cambial –, assim como a médias e pequenas empresas.

Por meio destas medidas, o governo consegue controlar o ritmo de expansão da economia do país, corrigindo possíveis desvios. Ao mesmo tempo, consegue conter insatisfação da população chinesa ao implementar políticas de incentivo ao consumo, uma vez que a curva de remuneração é ascendente e a tendência é de que haja relativa estabilização dos preços. Nesse sentido, pode-se afirmar que o impacto das Olimpíadas será saudável, não somente à economia chinesa como também ao próprio relacionamento governo-população.

Ainda em termos domésticos, porém direcionando para questões de ordem política e social, os efeitos dos Jogos Olímpicos já podiam ser sentidos antes mesmo do fim do evento. Podia-se observar a imensa alegria e honra dos chineses em sediar os Jogos. Era nítido o imenso orgulho que a população sentia em mostrar ao mundo a nova China. Ainda, o excelente desempenho dos atletas do país-sede, conquistando o primeiro lugar geral no quadro de medalhas, enalteceu o cidadão chinês e elevou ainda mais seu sentimento nacionalista. Pela primeira vez desde as Olimpíadas de Atlanta em 1996, os Estados Unidos não conquistaram o primeiro lugar. Por fim, deve-se destacar o sucesso das Olimpíadas em termos organizacionais, que pode ser traduzido nas palavras do presidente do Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge, como “Jogos excepcionais”.

No âmbito internacional, o objetivo da China era mostrar ao mundo um novo país, moderno e inserido no processo de globalização. O desafio do país asiático tornou-se ainda mais complicado alguns meses antes dos Jogos, quando críticas em relação à participação chinesa no conflito em Darfur e à crise no Tibete, se transformaram em, algumas vezes, violentas manifestações contra o governo e, em alguns casos, contra o próprio povo chinês.

A grande expectativa gerada em torno da possível continuidade dos protestos ao país-sede não se concretizou e as críticas foram mais sutis do que as esperadas durante os 16 dias de Jogos. A “área de protestos” foi efetivamente colocada em prática, porém permaneceu vazia, visto que os pleitos não foram autorizados pela polícia de Pequim. Alguns analistas argumentam que a “censura” do governo nesse aspecto foi exagerada e a situação poderia ter sido melhor conduzida de forma a evitar as críticas que surgiram em relação a essa proibição. Ademais, apesar de algumas políticas relativamente desnecessárias de restrições à imprensa terem sido mantidas, pouco foi comentado durante as Olimpíadas. A ausência de maiores tensões pode ser creditada, em parte, à predominância do espírito esportivo, bem como ao efetivo controle de entrada no país acima referido.

O reforçado esquema de segurança mostrou-se eficaz, tendo ocorrido poucos incidentes - como a prisão de norte-americanos acusados de colocarem faixas pró Tibete, e as mortes em atentados ocorridos em Xinjiang –, o que contribuiu para que o foco das atenções fossem primordialmente os eventos esportivos. Foi instalado grande aparato de segurança, como medidores de radioatividade nos terminais do aeroporto de Pequim e máquinas para detecção de explosivos em bagagens de visitantes. Além do número de policiais que foi reforçado durante os Jogos, a China contou com outras tecnologias de ponta para prevenir incidentes, como o moderno míssil antiaéreo que protegeu o Estádio Olímpico.

A opinião internacional tem se mostrado dividida sobre a China após as Olimpíadas. Muitos se encantaram com o espetáculo e com a prosperidade das cidades que sediaram o evento e, com isso, a imagem da China comunista foi, de certa forma, desmistificada. Deve-se ressaltar, entretanto, que a maioria destas teve maior interesse pelo país asiático durante as Olimpíadas. Por outro lado, aqueles que antes dos Jogos criticavam a postura do governo chinês em temas como direitos humanos, meio ambiente e democracia, reconheceram a grandiosidade do evento e sua excelente organização. Contudo, não houve abandono às antigas críticas, que, passados os Jogos, deverão retornar.

Domesticamente, é possível afirmar que a China alcançou seu objetivo. O Partido Comunista provou que ainda detém forte controle sobre o país – e possui apoio dos chineses – apesar de sua crescente abertura econômica. Os Jogos fortaleceram o nacionalismo chinês e aumentaram ainda mais a legitimidade do Partido Comunista tanto na esfera política como econômica. No âmbito internacional, entretanto, uma vez que o

objetivo do governo era mudar a forma como mundo via a China no longo prazo e reduzir as críticas ao país no curto prazo, pode-se afirmar que o sucesso não foi tão pleno. Apesar do inquestionável brilhantismo das Olimpíadas, a postura chinesa frente aos conflitos no Sudão e no Tibete, seus problemas relacionadas ao meio ambiente e (do ponto de vista ocidental) o caráter autoritário do Partido Comunista continuaram alvos de críticas e motivos de impasse entre a China e a comunidade internacional.

O que ocorrerá com a China no futuro ainda não é possível afirmar. No entanto, as próximas ações do Partido Comunista serão pautadas tanto pela configuração do ambiente doméstico pós-Jogos – favorável ao governo –, quanto pela (recente) polarizada comunidade internacional. ■

Artigo especial

O Colapso da Rodada de Doha: Implicações para os negócios

Jean-Pierre Lehmann¹

O que o colapso, em julho de 2008, da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio significa para os negócios? Uma breve revisão histórica ajudará a clarificar.

Perspectivas históricas: De onde viemos - Quando o presidente George Bush (pai) anunciou em 1991, face à dissolução do império soviético, uma nova ordem mundial, um amigo meu comentou: “não se trata de uma nova ordem mundial, mas de uma transição caótica a um mundo de incertezas”. É impressionante a quantidade de transição que de fato assistimos. Hoje a única coisa que podemos afirmar com certeza é que o mundo mudou irreversivelmente. A ascensão da China, simbolizada pelo seu *debut* nas Olimpíadas de Pequim, junto a outras potências econômicas emergentes, traz consigo o fim de mais de dois séculos de incontestada predominância econômica e política do Ocidente. Isto é reiterado pelo anúncio de que em 2009 a China superará os Estados Unidos como maior produtor de manufaturas mundial, pondo fim a mais de cem anos de primazia norte-americana, e retornando a China à posição de destaque da qual desfrutava até o primeiro quartel do século XIX.

Na espetacular cerimônia de abertura dos Jogos, episódios da história chinesa foram representados, dentre os quais talvez o mais marcante tenha sido a era do comércio e navegação no tempo das viagens do grande marinheiro do século XIV, Zheng He. Em 2006, dois anos antes dos Jogos, a emissora de televisão chinesa CCTV apresentou uma série em 12 capítulos intitulada *Daguo Jueqi* (Ascensão das Grandes Potências), cujo primeiro episódio retratava a ascensão do Império Colonial Português. Assim teria início a irreversível ascensão do poderio ocidental, prefaciado pelo que historiadores asiáticos chamam de “a Era de Vasco da Gama”. A China, ao invés de expandir seu poder, se voltou para dentro, vivendo em isolamento esplêndido (ou assim acreditou) por diversos séculos, até que as nações industrializadas ocidentais, com todo seu poder comercial, militar e político, capitaneadas pela Grã-Bretanha, avassalaram o Império do Meio. Com as Guerras do Ópio iniciadas no final da década de 1830, a China sofreu sério declínio e entrou no que vê como seu século de humilhação. A cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim foi o jeito chinês de dizer: “Estamos de volta – e em grande estilo”.

A Era Global que evoluiu no curso dos séculos XIX e XX foi, de fato, a Era do Ocidente – à exceção do Japão, o único entre as nações não-ocidentais que conseguiu entrar no clube das potências industrializadas e imperialistas. À medida que a dominância ocidental (e japonesa) sobre o planeta resultou no subjugado das sociedades asiáticas, árabes e africanas, intensificou-se a disputa por recursos, mercados, território e poder entre as nações ocidentais. E ainda que o conceito de “Concerto de Potências”, elaborado após a derrota de Napoleão, tenha funcionado brilhantemente por várias décadas, já no início do século XX este se encontrava terrivelmente obsoleto. Não havia arcabouço institucional ou jurisprudência internacional que pudesse prevenir a eclosão da Primeira Guerra Mundial ou a carnificina que esta significou.

Uma vez terminada, a Primeira Guerra Mundial foi aclamada como a guerra que poria fim a todas as guerras. Em 1919, a Câmara Internacional de Comércio foi fundada com o lema de “paz mundial pelo comércio mundial”. Os acordos do pós-Primeira Guerra foram, no entanto, marcados por recriminações e conflitos. Olhava-se para trás, e não para frente. A revitalização econômica e o florescimento do comércio, vivenciados brevemente nos anos 1920, foram interrompidos pela Grande Depressão e pelas disputas comerciais que irromperam nos anos seguintes. O resto é tragédia histórica. Em contraste com 1919, as fundações institucionais para a governança econômica global, assentadas após a Segunda Guerra Mundial, no período de 1945 a 1947, mostraram-se muito perspicazes e notáveis em vários sentidos. Nas décadas seguintes, negócios floresceram, enquanto o comércio internacional superou o crescimento da economia global em termos significativos. A segunda metade do século XX provou ter sido para o Ocidente – e para aqueles que se agregaram ao sistema econômico “ocidental” – uma era de crescimento de prosperidade inéditos.

O fim da Guerra Fria foi, acima de tudo, uma vitória para o sistema econômico orientado para o mercado e fundamentado numa instituição multilateral dedicada ao comércio global, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Apesar dos vários desafios e tensões enfrentados pela economia global – a saber, as crises do petróleo da década de 1970 e a fricção comercial entre Estados Unidos e Japão nos anos 1980 – o mundo perseverou e emergiu ainda mais forte e integrado. Isto se deveu não apenas às bases institucionais da economia mundial, mas também à vontade política dos principais atores. No período entre 1947, quando o GATT foi criado, e 1995, quando foi sucedido pela OMC, firmaram-se 12 acordos multilaterais reduzindo barreiras e ampliando o número de setores compreendidos no GATT. Aumentou-se também o número de participantes, especialmente após o fim da Guerra Fria e a libertação econômica de países anteriormente sob jugo soviético. A expansão da economia de mercado global tem sido ótima para os negócios.

Boom econômico, paralisia política: Onde estamos - A última dúzia de anos testemunhou situação aparentemente paradoxal, na qual a economia global tem desempenhado impressionantemente bem – virtualmente todos os países apresentaram alto crescimento e comércio global e investimento têm explodido – enquanto o processo institucional da economia global se estagnou. Em contraste com os 12 acordos multilaterais firmados entre 1947 e 1995 – uma média de um acordo a cada quatro anos –, desde o estabelecimento da OMC em 1995 não se assinou sequer um acordo multilateral de comércio. Em 1999, vimos a espetacularmente infeliz tentativa de lançar a Rodada do Milênio em Seattle. Em 2001, foi lançada uma rodada na capital do Catar, Doha, conhecida como a Agenda de Doha para o Desenvolvimento, com o propósito declarado de garantir maior igualdade no tratamento de países em desenvolvimento que têm sofrido com considerável discriminação comercial: o lançamento “bem-sucedido” da Rodada de Doha, no entanto, foi em grande parte devido ao sentimento de solidariedade global provocado pelos atentados de 11 de setembro ocorridos poucas semanas antes; sentimento que rapidamente se dissipou. Todas as tentativas, desde 2001, para tentar concluir a Rodada de Doha fracassaram. O arcabouço institucional está presente, mas a vontade política tem claramente faltado.

Com os negócios indo de vento em popa, empresários (com poucas exceções) passaram a ignorar a OMC e o sistema multilateral de comércio de modo geral. Isto possivelmente se mostrará um caso trágico de miopia. Os protagonistas da arena comercial global foram, por algum tempo, as chamadas comunidades de protesto anti-globalização, porém, estes também perderam o interesse. Talvez o maior insulto aos negociadores reunidos em Genebra em julho de 2008 tenha sido o fato de que os protestantes presumidamente decidiram que o evento era irrelevante demais para merecer sua atenção. Essa foi a primeira reunião ministerial da OMC a ocorrer sem protestos.

A OMC foi vítima de, e a Rodada de Doha foi seqüestrada por, *lobbies* setoriais de indústrias pouco competitivas. Aquelas que menos se beneficiam ou contribuem à globalização; que buscam protecionismo; que acrescentam pouco ou nada à

riqueza nacional ou global; e que causam estagnação econômica. A situação hoje é de vitória dos protecionistas enquanto os globalistas se ausentaram.

E aí? - Será que isso tudo importa? Não será a OMC apenas um cadáver burocrático ilustrando uma era ultrapassada? Será que não são os mercados, e não as nações, que estão no comando e, portanto, transformando organizações intergovernamentais, como a OMC, em obsoletas? As respostas são: um enfático “sim”; um “não inteiramente”; e um enfático “não!”. Começando pela última pergunta, a idéia de que nações foram ultrapassadas pelos mercados não está totalmente equivocada, porém somente numa perspectiva ocidental. Tente dizer aos chineses, indianos, indonésios, árabes, brasileiros, mexicanos etc. que a nação está obsoleta! De fato, ao contrário do que foi previsto em muitos círculos econômicos liberais ocidentais – mais notavelmente por Francis Fukuyama em seu livro *O Fim da História* – o mercado está sendo cada vez mais influenciado pelo capitalismo de Estado e os vários instrumentos que este tem criado, a exemplo dos Fundos Soberanos.

Quanto à segunda pergunta, sobre a OMC ser um cadáver burocrático, não há dúvidas de que há um elemento de verdade. Em era na qual o mundo dos negócios opera em nanosegundos, é impressionante e deprimente a maneira pela qual as negociações da OMC se arrastam, com tempo incalculável gasto em o que parecem ser trivialidades e constantes jargões incompreensíveis. Mesmo diante do período mais interessante da economia mundial desde a Revolução Industrial, as notícias advindas das negociações na OMC não poderiam ser mais enfadonhas. Enquanto o quadro geral está repleto de imensos desafios e oportunidades, o mantra repetido em Genebra durante os intervalos quando as negociações falham tem sido “o diabo está nos detalhes”.

Não há dúvidas de que a OMC precisa urgentemente de reformas. Entretanto, há uma grande diferença entre reforma e destruição, ou ainda, o mais provável no momento, a marginalização da instituição a uma posição de irrelevância. O sistema multilateral de regras comerciais pode ser, parafraseando o comentário de Churchill sobre a democracia, o pior sistema de governança econômica global, depois de todos os outros. Instituições públicas internacionais são necessárias, tanto quanto são necessárias instituições nacionais: para corrigir falhas de mercado e oferecer bens públicos a nível nacional, regional ou global. E um arcabouço sólido de governança global é tão mais vital quando há grandes tremores geopolíticos e transições de poder, como os que vivemos no presente. O reingresso dramático da China no cenário econômico global é mais um grande motivo para dispor de instituições comerciais fortes e do império da lei no plano global.

Daí a primeira resposta: Será que isso tudo importa? Importa sim, e muito!

Perspectivas e algumas prescrições: Aonde vamos - É dito que previsões econômicas foram inventadas para fazer as previsões meteorológicas parecerem bem em contraste. Não fazemos idéia de como a economia mundial estará nos próximos meses, que dirá nos próximos anos. A história econômica é cheia de reviravoltas imprevistas – movidas em parte pelas ações dos homens, imprevisíveis e com frequência aparentemente irracionais. Contudo, isso não é desculpa para assumir posição defensiva e deixar de tentar.

Eis, então, algumas perspectivas que podemos traçar com algum grau de certeza.

A crise financeira, a extrema volatilidade de preços de energia e commodities e a alta inflação, juntas, terão impactos econômicos e sociais negativos: haverá mais inquietação social e variados graus de instabilidade política. Portanto, mesmo continuando a desfrutar de crescimento relativamente forte, China, Índia e outras economias dinâmicas em desenvolvimento podem ter seus futuros ameaçados por maiores riscos políticos.

Também parece razoavelmente seguro afirmar que fluxos comerciais e financeiros serão crescentemente impedidos por barreiras de vários tipos. Pressões por protecionismo têm estado em alta, especialmente nos Estados Unidos, mas

também em outros lugares; e o embate entre os sistemas de “capitalismo de mercado” e “capitalismo de Estado” pode se tornar mais agudo. Quanto mais incerteza envolver o regime multilateral de comércio, maior será a concentração em acordos regionais e bilaterais. Não está de todo claro, contudo, que esses acordos proliferarão e florescerão como é frequentemente sugerido. A recusa do Congresso norte-americano em endossar o Acordo de Livre Comércio Colômbia-Estados Unidos em abril último indica que a indisposição é com o comércio em geral. De acordo com o respeitado Pew Research Institute, impressionantes 60% dos norte-americanos acreditam que o comércio é prejudicial aos seus interesses. Nacionalismos econômicos rivais – e outras formas de nacionalismo – provavelmente figurarão proeminentemente na chamada era do globalismo. Pela primeira vez desde a crise da Organização dos Países Exportadores de Petróleo no início e meados da década de 1970, o espectro dos anos 1930 está sendo ressuscitado. No momento é improvável que a história se repita desta forma; no entanto, evocar o passado pode ter o efeito salutar de garantir que este não se repita.

Seria equívoco retratar o ambiente de negócios em ares tão sombrios. Não obstante todas as nuvens que pairam ao horizonte da economia global, há muitas oportunidades a serem aproveitadas e uma gama de novidades em mercados, produtos e tecnologias que devem alimentar o crescimento e a lucratividade dos negócios nos próximos anos e décadas. Ao mesmo tempo, entretanto, é bom ser prudente. O sistema comercial multilateral é frequentemente comparado com apólice de seguros. Ninguém contrata um seguro para casa porque espera que esta pegue fogo, mas fica feliz de ter feito se o pior acontecer. Durante tempos de prosperidade, o seguro pode parecer desnecessário, quicá irrelevante. Contudo, a bonança nem sempre se sustenta, e o clima que vemos pela frente certamente será turbulento em muitas frentes: social, econômica, geopolítica e ambiental.

A mais importante força a se tentar gerar para garantir o aproveitamento dessas oportunidades, é a força da colaboração global. Ao se distanciar do campo de batalha político do comércio internacional, empresários permitiram que a situação deteriorasse e que a confrontação ofuscasse, ainda que temporariamente, a colaboração.

Se a Rodada de Doha deve ser resgatada ou abandonada para recomeçar do zero é algo a ser discutido. É, por outro lado, indiscutível que o início do século XXI realmente necessita de arcabouço institucional forte e efetivo para a governança econômica global.

Como notado acima, com a vantagem dos protecionistas e seu poder de conquistar cada vez mais o comando da política econômica global, as consequências podem variar entre negativas e catastróficas.

O processo de globalização que ocorreu no decurso das últimas duas décadas está longe de ser perfeito. Há perigosos desequilíbrios: a desigualdade supostamente aumentou, acredita-se que as consequências para o aquecimento global são danosas e as empresas podem ser acusadas justamente de terem cometido excessos. Não há razão para complacência em acreditar que as coisas estão bem como estão. O que é preciso é o esforço coletivo dos agentes da globalização e especialmente das empresas na promoção de um processo de globalização sempre em aperfeiçoamento a fim de evitar que o protecionismo prevaleça. ■

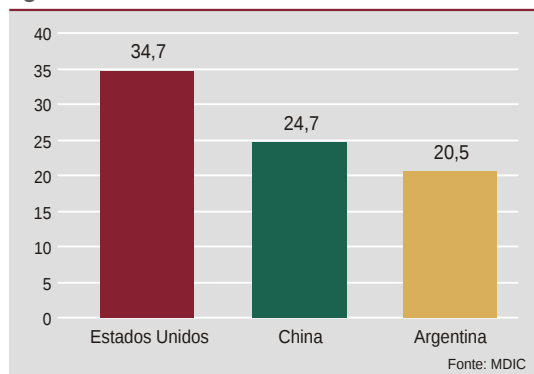
Comércio bilateral

China se torna segundo maior parceiro comercial do Brasil

Em julho de 2008 a China superou a Argentina e passou a ser o segundo maior parceiro comercial brasileiro. O fluxo de comércio com os chineses atingiu US\$ 24,7 bilhões de janeiro a agosto de 2008 e ficou atrás apenas das trocas com os Estados Unidos. A Argentina continua a ocupar a posição de segundo maior comprador brasileiro, importando

9,2% das vendas do país, seguida pela China com 9,1% no mesmo período deste ano. A participação argentina nas importações brasileiras caiu de 12,4% em 2000, para 6,5% em 2007. A China, por sua vez, aumentou sua fatia nas compras brasileiras, de 2,2% para 10,5% no mesmo período.

Fluxo de Comércio com o Brasil de janeiro a agosto de 2008 - Em US\$ bilhões



O comércio sino-brasileiro ganhou impulso em 2001, quando a China voltou-se ao Brasil em busca de novo fornecedor de matérias-primas necessárias à manutenção de seu crescimento econômico. O Brasil registrou ainda naquele ano seu primeiro superávit comercial anual com o país, resultado que se repetiu até 2006. As visitas do presidente Lula à China e do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em 2004 também contribuíram para aproximação dos países e intensificação das trocas comerciais sino-brasileiras.

Após seis anos consecutivos de superávits comerciais com o país asiático, o Brasil registrou seu primeiro déficit anual em 2007, de US\$ 1,9 bilhão. Desde então, têm ocorrido manifestações por parte do setor privado brasileiro para que haja maior restrição à entrada de produtos chineses no Brasil, em especial de bens de consumo não-duráveis, sob alegação de invasão da indústria nacional. No entanto, análise da pauta de importações brasileiras da China demonstra que a participação destes bens restringe-se a somente 8,7% das compras totais. A maioria dos importados são bens intermediários ou de capital (75,7%), que atuam como insumos à produção nacional e auxiliam o desenvolvimento da indústria brasileira.

Importação brasileira da China por categoria de uso em 2003 e 2007 - Em US\$ milhões

Categorias	2007	2003	Var. (%)	Part. (%)	
				2007	2003
Matérias-primas e intermediárias	4.838	807	496,8	38,3	37,6
Bens de capital	4.713	558	740,6	37,4	26,0
Bens de consumo	2.833	484	483,0	22,5	22,5
não-duráveis	1.095	150	626,0	8,7	7,0
duráveis	1.739	334	418,7	13,8	15,5
Combustíveis e lubrificantes	234	298	-21,8	1,9	13,9
Total	12.618	2.148	485,1	100,0	100,0

Fonte: MDIC

A competitividade dos produtos chineses tem inserido o país asiático em mercados internacionais, cada vez mais substituindo fornecedores tradicionais de determinados países. O déficit com a China pode significar nova tendência no comércio com este país, uma vez que tem ultrapassado parceiros tradicionais brasileiros como ocorreu com a Argentina. Tal tendência não deve ser, contudo, motivo para desespero do setor privado brasileiro. Os importados chineses, mais baratos e de qualidade, têm aumentado a competitividade dos produtos brasileiros tanto no mercado interno como internacionalmente.

A estratégia para reduzir o déficit deve ser direcionada, não exclusivamente ao controle das importações, mas sim à diversificação e ampliação das exportações brasileiras à China. Ações nesse sentido já estão sendo adotadas pelo governo brasileiro como a recém lançada Agenda China. O projeto, uma parceria entre o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem por objetivo construir agenda positiva para a China, por meio de intensificação e diversificação do comércio bilateral, bem como incentivo a investimentos mútuos e parcerias entre os dois países. As atividades da Agenda China se estenderão até a World Expo 2010 em Shanghai, quando as exportações brasileiras deverão ser três vezes superiores ao registrado no final de 2007. ■

Legislativo

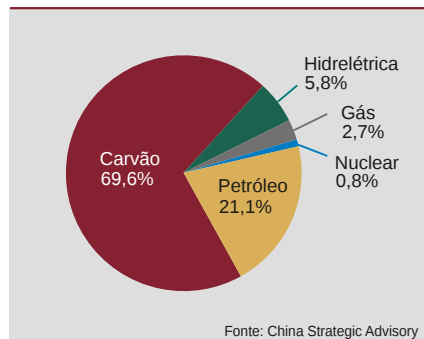
Desenvolvimento sustentável: Avanços lentos, porém significativos

A quarta sessão do 11º Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês), realizada de 25 a 30 de agosto de 2008, reafirmou tendência de exaltação de problemáticas ambientais na agenda governamental. Após as três tradicionais leituras de revisão, o mais importante órgão legislativo chinês aprovou legislação de promoção de economia circular que, por meio de incentivos fiscais, aplicação de multas e maior fiscalização, visa à promoção do desenvolvimento sustentável no país. Em acordo com os principais alicerces do “desenvolvimento científico” – de adoção de modelo menos agressivo e irresponsável de crescimento econômico em favor de maior zelo ambiental e redução de disparidades sociais e regionais –, a lei sancionada pelo presidente Hu Jintao entrará em vigor em janeiro de 2009.

A busca pela eficiência, pilar da nova legislação, será feita através de controle mais rigoroso sobre alto consumo energético e emissão de poluentes, em especial, de refinarias, gráficas, construtoras e indústrias produtoras de aço e metais não-ferrosos e de geração de energia. A questão ainda gira em torno do poder coercitivo do governo chinês, visto que as multas na China ainda costumam não ter valor economicamente impeditivo.

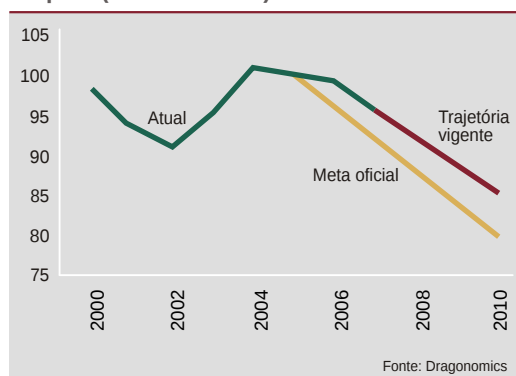
O documento incentiva ainda o uso de gás natural e combustíveis alternativos, uma vez que são menos agressivos ao meio ambiente. Dessa forma, pretende-se dar continuidade ao tímido programa de substituição de matriz energética chinesa, atualmente baseada em carvão mineral, um dos combustíveis mais poluentes. Vale lembrar que, embora a participação de gás natural em geração de energia na China tenha aumentado 6,5 pontos percentuais (p.p.) de 1997 a 2007, o país foi responsável por 71% do aumento do consumo mundial de carvão mineral de 2000 a 2007, segundo relatório do Departamento de Energia do governo norte-americano.

Fontes energéticas da China (2005)

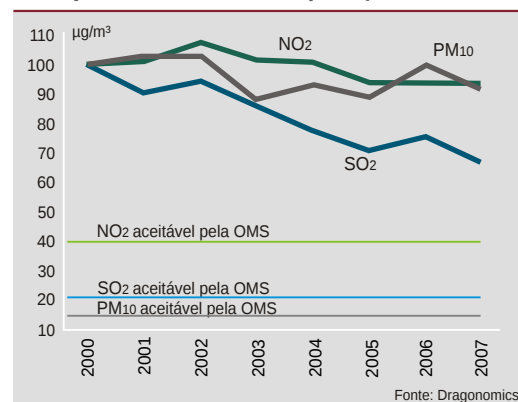


No entanto, a China registrou avanços expressivos e conseguiu, em 2007, reduzir sua demanda de oxigênio químico (COD, medida de poluição da água) e emissão de dióxido sulfúrico (SO₂) em cerca de 3,1% e 4,7%, respectivamente, se comparado ao ano anterior. No mesmo período, o consumo de energia por unidade do PIB também registrou queda anual, de 3,3%. Apesar do avanço, o país está distante de alcançar metas estabelecidas pelo 11º Plano Quinquenal (2006-2010), cujo consumo de energia por unidade do PIB deve reduzir-se em 20% e a emissão dos principais poluentes em 10% sobre os níveis de 2005.

Consumo de energia por unidade do PIB em Pequim (ano base 2005)



Poluição ambiental em Pequim (ano base 2000)

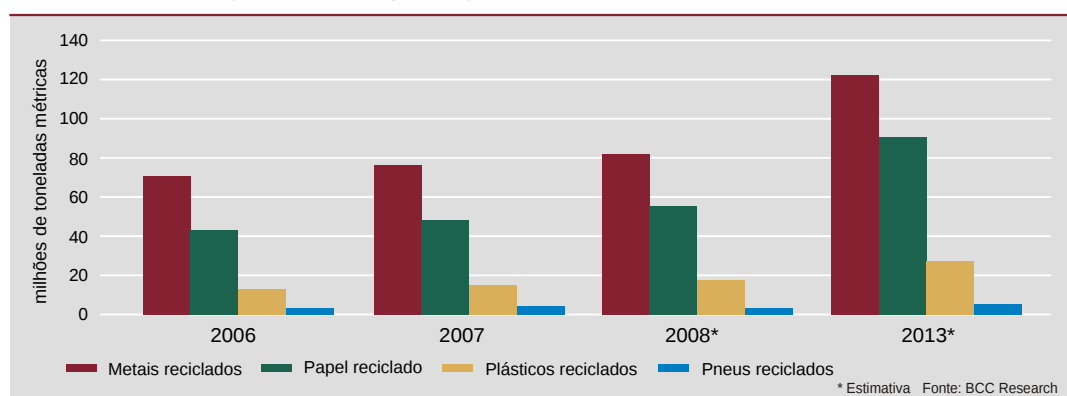


Já em relação à otimização do uso de água, o governo chinês passará a exigir inclusão de tecnologias e instalação de equipamentos específicos para uso eficiente, e mais consciente, do recurso em novos projetos industriais. Desde 2002, o governo tenta implementar sistema de escalada de preços por faixas de consumo de água em nível doméstico. Porém,

apenas 80 das 661 cidades chinesas atenderam à demanda da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (NDRC, na sigla em inglês) - política similar de incentivo a economia de gás e eletricidade foi fracasso ainda maior, com praticamente nenhuma implementação. Outra iniciativa governamental, com pouco mais de sucesso, é o apoio financeiro a 691 projetos para prevenção e controle de poluição de bacias hidrográficas no país, concedido desde o lançamento do 11º Plano Quinquenal, em 2006.

Uma dos principais mecanismos para alcance da economia circular estimulado pela nova legislação consiste em promoção de indústria de reciclagem, que inclui programa de controle de desperdício de energia, bem como adoção de padrões internacionais de reaproveitamento do lixo. Estatísticas da consultoria norte-americana BCC Research indicam que a indústria de reciclagem no país tem apresentando crescimento gradual, com destaque para o setor de metais.

Indústria de reciclagem na China por segmento



Desde a década de 1980, quando teve início o processo de aceleração econômica do país, a China tem enfrentado número crescente de problemas ambientais, sobretudo, em razão do próprio modelo de desenvolvimento escolhido inicialmente, que priorizava crescimento econômico a qualquer custo. No entanto, desde a chegada de Hu Jintao à presidência do país, em 2003, assiste-se à mudança gradual da diretriz econômica, de modo a privilegiar equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade desse próprio crescimento, sob égide de princípios como “sociedade harmoniosa” e “desenvolvimento científico”.

Vale lembrar que um dos maiores motores da mudança foi o aumento expressivo de protestos (ou desestabilizadores políticos) em razão de prejuízos causados por acidentes ambientais, bem como aumento de doenças relacionadas ao alto índice de poluentes. A pressão internacional também exerceu papel significativo, sobretudo, pela subjetividade do conceito de fronteiras no que se refere a impactos ambientais. Entretanto, mesmo que de questionável centralidade, é necessário destacar o aumento da conscientização da população sobre o problema durante preparação para os Jogos Olímpicos, como também seus efeitos sobre o próprio governo chinês que, para evitar fiasco de algumas competições, precisava melhorar qualidade do ar e água.

Assim como ocorreu em economias já desenvolvidas, a China caminha lentamente para adoção e implementação de legislação ambiental cada vez mais sofisticada. Como tendência, pode-se esperar relativa redução de vantagem comparativa do país em face de outras plataformas produtivas em desenvolvimento, uma vez que os custos ambientais tendem a aumentar no longo prazo. Entretanto, a manutenção de crescimento desenfreado não é sustentável, não somente pelo custo de vidas, como também pela própria saúde da estabilidade política e econômica do país. ■

Macroeconomia

Necessidade de novo pacote econômico não é consenso entre especialistas

Relatório da revista Economic Observer intensificou rumores sobre possível “plano de estímulo” à economia chinesa da ordem de US\$ 54 bilhões. Segundo a publicação, membros do governo estariam estudando a implementação do plano, que contaria com até US\$ 32 bilhões em gastos governamentais e US\$ 22 bilhões em incentivos fiscais, caso a

desaceleração observada no primeiro semestre de 2008 - 10,6% de crescimento do PIB, frente a 11,5% no mesmo período de 2007 - se aprofunde no período pós Olimpíadas.

Contudo, alguns analistas discordam da necessidade e da probabilidade de implementação de grande plano de estímulo à economia chinesa, bem como de seus efeitos caso seja adotado. A desaceleração do primeiro semestre de 2008 - que deve aumentar ainda no terceiro trimestre - deveu-se, sobretudo, à diminuição das exportações do país em função da menor demanda pela economia norte-americana, além do pontual impacto causado pelas restrições ambientais e de segurança decorrentes da preparação para os Jogos Olímpicos (fechamento de fábricas e limitações ao transporte). Com relação às exportações, a contribuição negativa das vendas líquidas para o exterior ao crescimento do PIB deverá ser compensada pela expansão do consumo interno, que já no primeiro semestre representou 66,7% do aumento do PIB.

Quanto às políticas monetária e fiscal do governo, são esperados ajustes pontuais ao invés de grandes planos de ativação econômica. A expansão dos gastos governamentais é aguardada para 2008, principalmente devido ao aumento de 33% da arrecadação fiscal no primeiro semestre, que permitiu superávit de US\$ 174 bilhões. “Em um país de baixa renda e em desenvolvimento, com dívida modesta”, afirma a *Dragonomics*, “a única coisa responsável a se fazer é gastar (a renda superavitária)”. Desta forma, um aumento nos gastos governamentais não significa um “estímulo fiscal”, mas reciclagem da arrecadação uma vez que, não incorrendo o governo em déficit, tal expansão não aumenta a demanda agregada, mas apenas “devolve à economia capital que fora antes retirado”. Como afirma *The Economist*, o aumento nos gastos é mais uma proposta de “neutralidade fiscal” do que um estímulo extraordinário.

Os novos investimentos governamentais devem, de acordo com relatórios da *Dragonomics* e do *Citigroup*, ser voltados para infra-estrutura social e reconstrução das áreas devastadas pelo terremoto de maio de 2008. Quanto à política monetária, o recente aumento de quotas de empréstimos (5% no nível nacional e 10% no nível local) e a insistência de membros do governo para que pequenas e médias empresas tenham acesso ao crédito são medidas conservadoras e pontuais para incentivar setores estratégicos da economia. Dessa forma, no segundo semestre, políticas de ajuste econômico visando à manutenção do crescimento robusto devem continuar ser aprofundadas, ainda que não se espere grande pacote de estímulo massivo. ■

Mercado financeiro

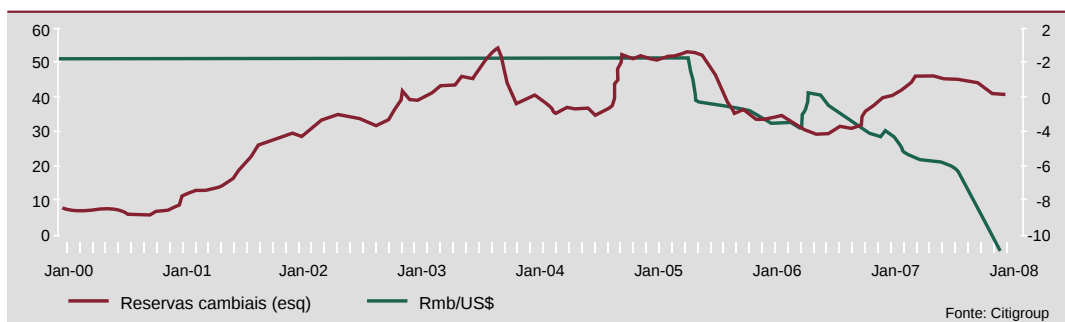
Inflação e desaceleração econômica desafiam política governamental chinesa contra capital especulativo

A relativa desaceleração da economia norte-americana, taxas de juros atraentes se comparadas aos Estados Unidos e, sobretudo, expectativa de contínua valorização da moeda chinesa, foram responsáveis pelo recorde de acúmulo de reservas cambiais na China no primeiro semestre de 2008, de aproximadamente US\$ 281 bilhões, totalizando US\$ 1,8 trilhão. Tal valor, 8,5 vezes superior ao registrado pelo país quando de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, fortaleceu o debate sobre a entrada de capital especulativo na China e exige do governo chinês equilíbrio entre inflação e crescimento econômico.

De acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas da China, até março de 2008 aproximadamente 30% das reservas em moeda estrangeira seriam de capital especulativo. Contudo, em razão de volatilidade e difícil monitoramento, não é possível afirmar com precisão o montante de capital de curto prazo em circulação. Uma das metodologias utilizadas para cálculo consiste em subtração do investimento estrangeiro direto e superávit comercial do total acumulado em reservas durante período determinado. Dessa forma, de janeiro a junho de 2008, o volume total de capital especulativo que teria entrado na China seria superior ao registrado em todo o ano de 2007 e cerca de US\$ 130 bilhões – segundo Congressional Research Service, instituto de pesquisa do congresso norte-americano.

Uma vez que investimento e comércio explicam somente parcialmente o fluxo de capital no país, parte significativa do restante recai sobre a apreciação da moeda chinesa. Relatório recentemente publicado pelo Citigroup, ressalta que a taxa de acumulação de reservas tem variado positivamente conforme a valorização do renminbi face ao dólar norte-americano, o que seria reflexo da busca do investidor por ganhos relacionados à maior flexibilização cambial.

Relação entre reservas estrangeiras e valorização cambial - Var. (%) anual



O ingresso de capital especulativo é feito de diferentes formas. Estatísticas do Deutsche Bank indicam que mais da metade do capital especulativo que ingressa no país advém de registros falsos e inflação do montante de investimentos estrangeiros diretos realizados. Ainda, 11% do valor total de capital de curto prazo seria resultado de sobrevalorização dos registros de importação, 10% referentes à supervalorização das exportações e 5% reflexo de operações cambiais ilegais. Outros mecanismos citados pela instituição consistem em pagamentos de funcionários chineses no exterior e remessas realizadas por imigrantes que trabalham na China.

Por pressionar índices inflacionários e, conseqüentemente, contribuir para desestabilização política do país, o problema tem recebido atenção especial do governo central. Em julho de 2008, foi anunciado que Administração Estatal de Câmbio (SAFE, na sigla em inglês) iria coordenar ação conjunta com o Ministério do Comércio (MofCom, na sigla em inglês) e Administração Geral de Alfândega para controlar registros de exportação e verificar transações cambiais. A operação, que perdurou trinta dias, não teve resultados concretos divulgados, contudo, sinaliza consciência e determinação governamental para conter ingresso de capital especulativo.

De acordo com a legislação chinesa, toda a divisa que entrar no país deve ser convertida imediatamente para a moeda local, o que é, em parte, responsável pelo aumento da liquidez da economia. No entanto, as medidas de contração monetária que têm sido implementadas são, em larga escala, baseadas em venda de títulos e aumento de juros, o que, por sua vez, tornam o mercado financeiro doméstico mais atrativo a especuladores.

Embora a aceleração da valorização do renmimbi pareça ser ferramenta eficiente de esterilização dos efeitos inflacionários causados pelo aumento significativo do capital especulativo, produz efeitos colaterais. Não seria possível anular simultaneamente impactos dessa apreciação sobre o preço de exportações chinesas e atratividade do país a investidores estrangeiros com projetos de longo prazo. Por outro lado, a adoção de mecanismos de maior controle de fluxo de capital aumenta custos de transações financeiras e vai de encontro a discursos proferidos por demais potências econômicas, em especial Estados Unidos, de liberalização do sistema financeiro. ■

Dragonomics
Research & Advisory

O fim da produção de alumínio

Michael Komesaroff²

A indústria de alumínio da China é um clássico exemplo de lei de conseqüências não pretendidas. Por uma década, planejadores econômicos criaram políticas desenhadas para limitar o crescimento desta indústria intensiva e ineficiente em energia. Paradoxalmente, contudo, estas mesmas políticas deram origem a uma série de inovações técnicas que levaram a explosão da produção chinesa de alumínio, colocando o país como, de longe, o maior produtor mundial do metal. Pequim alterou seu posicionamento e introduziu severas penalidades financeiras para aqueles que estabelecessem unidades produtoras de alumínio sem aprovação. Contudo, até que o governo adote política tarifária séria sobre o consumo de energia e implemente de forma eficaz leis ambientais, a produção chinesa de alumínio continuará a aumentar.

² Michael Komesaroff é diretor da Urandaline Investments, consultoria australiana especializada em indústrias intensivas em capital, como de geração de energia elétrica, petroquímica, metalúrgica e mineração.

Boas intenções, maus métodos - Líderes chineses perceberam há muito tempo que fazia pouco sentido para um país que luta continuamente contra racionamentos de energia produzir itens intensivos em energia como alumínio, cujo processo produtivo requer o equivalente, por tonelada, ao que seis pessoas consomem em um ano. A falta de lógica da produção de alumínio era particularmente gritante em função da tecnologia primitiva difundida na China até muito recentemente. Herdada da União Soviética na década de 60, esta tecnologia consumia 15% mais energia do que instalações equivalentes no Ocidente e emitia muito mais poluição. Para limitar a expansão, o governo - já em 1998 - decretou que qualquer nova instalação para redução de alumínio deveria utilizar tecnologias Ocidentais mais eficientes e ambientalmente menos degradantes. Subseqüentemente, tal política foi expandida a fim de determinar o fechamento de todas as unidades produtoras de pequeno porte.

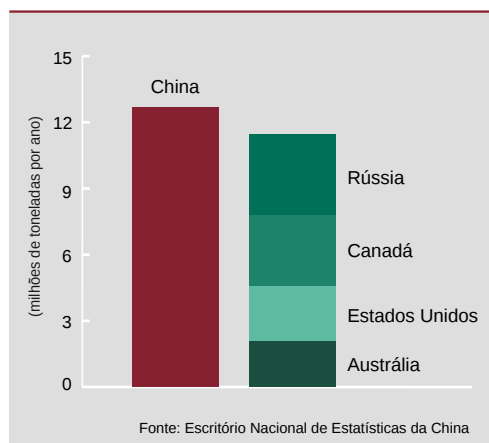
Autoridades acreditavam que através de regulação da escala e da tecnologia da indústria seria possível gerenciar seu crescimento. No entanto, a política falhou desde seu início, visto que enquanto um braço do governo impunha restrições, outro braço oferecia incentivos à exportação. Abatimentos de VAT (imposto sobre valor agregado) incidentes sobre alumínio exportado estiveram disponíveis para todos os produtores, enquanto descontos na tarifa sobre consumo de energia – fator que responde por 30% do custo produtivo do alumínio – foram oferecidos apenas a um seleto grupo de plantas produtivas que haviam, anteriormente, pertencido ao governo central. As normas de Pequim também falharam em levar em consideração o papel dos governos locais, que ignoraram restrições em busca de investimentos que gerassem maior receita fiscal e empregos.

A maior falha de Pequim foi não reconhecer que sem promover reforma profunda nas tarifas, especialmente no setor elétrico, produtores não teriam incentivos para desacelerar a produção - especialmente em razão de que a realização de investimento em tecnologias eficientes, demandadas por Pequim, poderia aumentar seus lucros. Com margem bruta de 35%, havia todas as razões para expandir a produção. Face ao oferecimento de energia a baixo custo e regras ambientais frouxas por parte de governantes locais, novos produtores de alumínio enfrentavam poucas barreiras à entrada no setor e perspectivas de lucro em potencial.

Virada na sorte - Assim a produção de alumínio chinesa expandiu-se a taxa média anual de 18% na década até 2007 - cerca de duas vezes a taxa de crescimento médio do PIB chinês. Em 2007, a China produziu 12,8 milhões de toneladas do metal - mais do que a produção combinada dos próximos quatro maiores produtores: Rússia, Canadá, Estados Unidos e Austrália. Isto era exatamente o oposto do que os planejadores de Pequim haviam pretendido!

Muito desta nova capacidade decorreu de produtores que expandiram suas instalações em resposta à diretiva de escala mínima de Pequim. Em 1998, o tamanho médio da planta produtiva chinesa era de 22.000 toneladas por ano (tpa) - cerca de um décimo do tamanho médio das plantas do resto do mundo. Atualmente este número é de 110.000 tpa. Igualmente impressionante é a melhora na eficiência de plantas chinesas, que operam com tecnologia doméstica próxima das melhores práticas globais. O consumo médio por tonelada de alumínio produzido caiu de 15,8 MWh, em 1998, para 14,5 MWh, em 2007. O total de energia economizada é suficiente para abastecer o consumo de 6,6 milhões de chineses.

Produção de alumínio em 2007



Apesar do aprimoramento do desempenho técnico, o custo de produzir alumínio na China aumentou de maneira significativa ao longo da última década, principalmente em função de preços de eletricidade mais altos. Unidades produtoras de alumínio agora pagam Rmb 400 (US\$ 57) por MWh, comparado aos US\$ 15 por MWh em instalações semelhantes no Oriente Médio. Essa diferença de preços acarreta diferença de custos de US\$ 609 por tonelada valor expressivo dado o preço mundial do alumínio de cerca de US\$ 3.000 por tonelada. Produtores chineses mantiveram-se competitivos, apesar desta desvantagem, em função de apoio *ad hoc* de governos locais e porque não viam necessidade de gerar grande retorno sobre o capital investido.

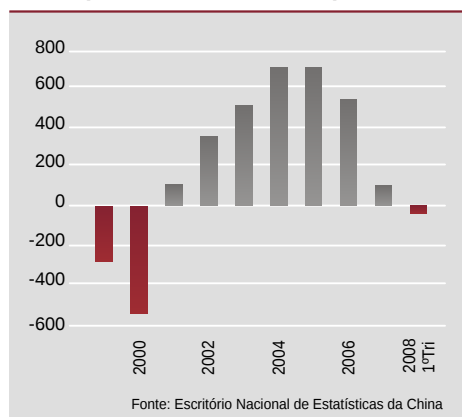
A prodigiosa expansão de produção da nação foi até maior do que a vasta economia da China podia absorver e as exportações dispararam, alcançando taxa anualizada de 1 milhão de toneladas em 2005. Com a China cobrindo o déficit global de alumínio sozinha, diversos competidores estrangeiros adiaram planos de expansão e abdicaram de mercados em prol de competidores chineses menos eficientes. A enchente de metais produzidos na China reduziu os preços globais. Desde 2003, enquanto os preços da maioria dos outros metais quadruplicaram, os preços do alumínio apenas dobraram. Ao longo da última década, o alumínio tem tido, de longe, a pior performance entre os metais negociados na London Metal Exchange.

Chalco vai ao estrangeiro - Enquanto os produtores beneficiaram-se da economia de custos proveniente de ganhos de escala e eficiência, a produção de alumínio chinesa continuou a explodir. As circunstâncias, contudo, começaram a mudar em 2003 quando Hu Jintao tornou-se presidente da China e começou a pressionar por ações mais sérias contra indústrias intensivas em energia. Abatimentos de VAT sobre exportações do produto foram retirados e substituídos por impostos de exportação, definidas inicialmente em 5% e depois elevadas a 15%. Importações foram encorajadas através da eliminação de impostos de importação. Outra iniciativa retirou o subsídio de energia recebido pelos maiores produtores. Estas medidas, combinadas a maior rigidez em aprovação de plantas produtoras e regras ambientais, cortaram as margens brutas dos produtores de alumínio chineses para 15% - não muito atrativas para indústrias intensivas em capital.

Contudo, os produtores reagiram, demonstrando a criatividade empreendedora pela qual são renomados. Eles evitaram impostos de exportação no alumínio primário ao produzir produtos de baixa qualidade e semimanufaturados que eram reexportados e fundidos novamente em outros países. Pequim rapidamente respondeu, impondo impostos de exportação sobre produtos semimanufaturados. Também revogou autoridade de governos provinciais de aprovar qualquer expansão de plantas de alumínio. Em uma ocasião, as autoridades tomaram a curiosa decisão de pagar a uma empreiteira para desmantelar uma unidade não aprovada.

Esta renovada repressão obteve sucesso parcial. Exportações afundaram e a China é agora pequena importadora líquida de alumínio primário. Todavia, a produção continua a crescer (apesar de ritmo menos acelerado) e a China permanece como exportador líquido de produtos semimanufaturados. O verdadeiro teste da resolução de Pequim virá em 2008, quando cerca de 3 milhões tpa em nova capacidade estão previstos para entrar em funcionamento. Grande parte desta nova capacidade estava completa ainda em 2005, porém nunca foi utilizada em razão do então prevalente custo de alumina - o segundo mais importante componente de custo após eletricidade - que não permitia uma produção lucrativa³. Desde então, a queda significativa nos preços de alumina - proporcionada, sobretudo, pela gigantesca ampliação da capacidade de produção de alumina pela China - encorajou produtores a por em funcionamento a capacidade ociosa.

Exportações líquidas de alumínio da China (milhões de toneladas)



Com demanda doméstica por alumínio primário crescendo a pouco mais de 2,5 milhões tpa, a nova capacidade tem potencial para frustrar os objetivos de Pequim, colocando novamente o país em posição de exportador líquido. Pequim começou a reagir à previsão de explosão de alumínio, direcionando autoridades provinciais a sobretaxar em cerca de 5% a eletricidade fornecida às plantas produtoras de alumínio. Espera-se que esta medida possa ser elevada para 15%. Pequim também demonstrou maior interesse no desempenho ambiental da indústria de alumínio e não seria surpreendente se algumas das mais velhas e menos eficientes unidades (que representam cerca de 20% da capacidade existente) fossem forçadas a fechar.

A previsão de aumento na cobrança de energia forçou o maior produtor de alumínio do país, Chinalco, a olhar para além da China em busca de crescimento. A subsidiária listada da companhia, Chalco, assinou recentemente acordo de aquisição de 40% de participação em unidade produtora na Arábia Saudita, avaliada em US\$ 4,5 bilhões. Em apresentações

³ Alumina, que é minério de bauxita processado, é a principal matéria-prima para a produção de alumínio.

para investidores, a Chalco revelou que vai limitar o aumento de sua capacidade produtiva na China ao que pode ser alcançado estritamente através de ganhos de produtividade em instalações já existentes, ou seja, não possui planos para acrescentar novos investimentos em plantas produtivas. Quando a influente campeã nacional conclui que seu país de origem não é mais um lugar atrativo para produzir alumínio, é só uma questão de tempo até que seus rivais cheguem à mesma conclusão. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 06.06.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Curtas

Protecionismo

Governo chinês lança pacote de incentivo tributário à indústria têxtil

A China aumentou em agosto de 2008 o crédito tributário de 11% para 13% do valor do produto conferido aos exportadores de têxteis e vestuários do país. Também foi anunciada futura redução das taxas de juros para empréstimos ao setor e disponibilização de recursos para modernização da produção. Essas mudanças foram, em grande parte, motivadas pelos descontentamentos de fabricantes locais, que se sentiam prejudicados pela valorização da moeda, desaceleração econômica e aumento dos custos da mão-de-obra e energia.

Vale ressaltar que tal crédito não pode ser objeto de reclamação na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que tal benefício é concedido como compensação ao VAT (imposto sobre valor agregado), exceção permitida pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês).

Entidades de classe brasileiras e norte-americanas, que têm trocado informações entre si, afirmam que o aumento do crédito tributário se caracteriza como subsídio e pressionam seus governos para adoção de medidas protecionistas. No Brasil, o pleito é para que haja medida compensatória desse subsídio. Em junho de 2008, o governo brasileiro já havia aprovado nova lei que aplica alíquota de R\$ 15 por quilograma líquido ou unidade de medida estatística do produto importado. Contudo, empresários brasileiros também buscam, até então sem sucesso, renovação do acordo têxtil assinado com o país asiático em 2005.

Comércio bilateral

CAMEX confirma antidumping contra China e diminui tarifa sobre glifosato

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu, em 29 de agosto, manter em definitivo a aplicação de medidas antidumping sobre importações brasileiras de resinas de policloreto de vinila obtidas por processo de suspensão (PVC-S) de origem chinesa e sul-coreana. A investigação, aberta a pedido da Brasken em setembro de 2007, determinou aplicação de tarifas de antidumping no valor de 21,6% sobre as importações de produtos originários da China. Os produtos exportados pelas empresas chinesas LG Dagu Chemical Co. Ltd., Suzhou Huasu Plastics Co., Ltd, Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd. e Shanghai Cholor-Alkali Chemical Co., sofrerão majoração de 10,5%, uma vez que estas submeteram informações comprovando praticar preços superiores a média. Já os produtos originários da Coreia do Sul serão tarifados em 18,9%, com exceção dos exportados pela sul-coreana LG Chemical que serão majorados em 2,7%, pelo mesmo motivo.

Na mesma reunião, a CAMEX decidiu eliminar tarifas aplicadas sobre dois importantes insumos utilizados na produção de fertilizantes: os ácidos fosfórico e sulfúrico - até então

Leia mais

Carta da China 38

Leia mais

Carta da China 12

com tarifas de 4%. Segundo a Câmara, o objetivo desta redução tarifária é incentivar o aumento da produção doméstica de fertilizante.

Ainda em relação a insumos de fertilizantes, a CAMEX determinou, em Resolução de 03 de julho de 2008, que os direitos antidumping temporários incidentes sobre importações de glifosato originários da China fossem reduzidos para 2,9%. Tal alteração deveu-se a um erro cometido na resolução anterior, de fevereiro de 2008, que foi revogada e previa incidência de tarifas temporárias de 11,7%. A medida foi estabelecida em 2003 e tem validade de 5 anos. Como o prazo de vigência terminava em fevereiro de 2008, a Monsanto entrou em 2007 com pedido de extensão, que ainda está sendo avaliado.

Siderurgia I

Consolidação criará gigante siderúrgico na China

Em decorrência do processo de reestruturação do setor siderúrgico chinês, as empresas Wuhan Iron&Steel Group (WISCO), quinta maior siderúrgica da China, e Guangxi Liuzhou Iron & Steel Group anunciaram, em 4 de setembro de 2008, a criação daquela que deverá ser a maior siderúrgica da China. A nova empresa, Guangxi Iron and Steel Group, com capital registrado de US\$ 6,7 bilhões, será controlada pela Wuhan, que deterá 80%. A Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais de Guangxi contribuirá com os ativos da Guangxi Liuzhou Iron & Steel Group para adquirir 20% da nova empresa. Como resultado da consolidação, as duas siderúrgicas encerrarão a produção, considerada obsoleta, de 9 milhões de toneladas de aço e 5,4 milhões de toneladas de ferro.

O projeto também prevê a construção de nova planta, que ainda aguarda a aprovação do governo chinês, e deverá ser iniciada em dezembro de 2008. A expectativa é de que em 30 meses, a nova siderúrgica já seja capaz de produzir 10 milhões de toneladas de aço por ano e, em 50 meses, quando de sua finalização, a produção anual seja de 30 milhões de toneladas – o que faria do projeto a quinta maior siderúrgica mundial.

Segundo fontes do governo, o novo projeto tem por objetivo reduzir a fragmentação do setor e aumentar a competitividade das siderúrgicas chinesas no mercado global. O país é o maior produtor de aço do mundo, com sua produção de 489 milhões de toneladas por ano - um terço do total mundial.

Aviação

Embraer fecha contrato com Kunpeng Airlines

A Embraer firmou contrato de cinco anos para fornecer peças de reposição à chinesa Kunpeng Airlines, *joint-venture* entre Shenzhen Airlines, da China, e Mesa Air, dos Estados Unidos, ao final de agosto. O anúncio deu-se dias antes da entrega do primeiro de cinco jatos EMBRAER 190 à Kunpeng, cujo pedido, avaliado em US\$ 187,5 milhões, fora realizado em julho de 2008.

A Kunpeng será a segunda empresa chinesa a operar a família de aeronaves E-Jets da Embraer na China continental, que em setembro de 2007 entregou o primeiro dos 100 jatos vendidos à Grand China Express, do grupo HNA. A empresa acredita que, nos próximos 20 anos, o país asiático deverá absorver cerca de 730 novas aeronaves a fim de modernizar sua frota já considerada antiga.

Mineração

Vale expande linha de transporte Brasil-Ásia

A Vale encomendou, em julho de 2008, 12 navios VLOC (*very large ore carriers*) ao estaleiro chinês Rongsheng Shipbuilding and Heavy Industries. As embarcações, que custarão US\$ 1,6 bilhão à empresa brasileira, serão os maiores navios graneleiros mundiais para transporte de minérios de ferro, com capacidade de 400 mil toneladas cada. Com estas aquisições, cuja entrega está prevista para 2011 e 2012, a linha de transporte dedicada à rota Brasil-Ásia terá 18 grandes navios VLOC, com 7,1 milhões de capacidade total (dwt), em adição aos três navios capesize. A frota terá capacidade estimada para transportar anualmente 30,2 milhões de toneladas métricas de minério de ferro do Brasil para Ásia, equivalente a 31% de embarques brasileiros para a China em 2007.

Fusões e aquisições I

Coca-Cola faz oferta à Huiyaun Juice Group

Coca-Cola Company anunciou oferta de US \$ 2,4 bilhões para aquisição de cerca de 66% da China Huiyaun Juice Group Limited, empresa de Hong Kong que controla a chinesa Huiyaun Juice Business, em 3 de setembro de 2008. A Coca-Cola informou ao mercado que três acionistas já firmaram compromisso de aceitar a oferta, representando 66% das ações da empresa de Hong Kong. Dentre os acionistas dispostos a vender sua participação está a francesa Groupe Danone. Se aprovado pelo governo chinês, o negócio será uma das maiores operações de aquisição de empresa da China por estrangeiros.

Operando na China desde 1979, Coca-Cola tem expandido seu mercado e lançado novas marcas de bebidas voltadas exclusivamente ao mercado chinês, como Guolichen (sucos da polpa) e Yuanye (chá original de folhas). A aquisição representa oportunidade única de fortalecer seus negócios na China, principalmente pelo dinamismo e crescimento do setor de sucos no país. Se concretizada, a Coca-Cola Company pretende continuar utilizando a marca Huiyaun, revisar suas operações e aprimorar a utilização de seus ativos fixos.

Fusões e aquisições II

Governo chinês impede expansão da Arcelor Mittal no setor siderúrgico

Governo chinês não autorizou oferta da Arcelor Mittal, maior produtora de aço mundial, para aquisição de participação majoritária da China Oriental Group Co.. A Arcelor, que já possui 30% das ações da empresa chinesa, pretendia aumentar sua participação para 70%. A oferta, de US\$ 800 milhões, foi realizada ainda em novembro de 2007 e fazia parte da estratégia da Arcelor de expansão no mercado chinês. A empresa interpretou a decisão do governo chinês como mais uma medida de proteção ao setor, considerado estratégico na China. No entanto, deixou claro que a recusa não mudará as ambições da Arcelor Mittal no país asiático.

[Leia mais](#)[Carta da China 33](#)

Meio ambiente

China aumenta impostos sobre carros grandes

Em mais uma decisão que objetiva aumentar a eficiência do uso de combustíveis na China, o Ministério das Finanças anunciou que, a partir de 1º de setembro, impostos incidentes sobre vendas de carros menos econômicos serão elevados. Veículos com motores de potência superior a 4.0 terão tarifa dobrada, atingindo 40%. Já carros com motores de 3.0 a 4.0, cujas vendas se multiplicaram por seis em 2007 e somaram 12.100 unidades, terão taxas ampliadas de 15% para 25%. A fim de incentivar vendas de carros com motor 1.0, que registrou queda de 31% em 2007, a tarifa será ainda mais reduzida, de 3% para 1%. As medidas devem beneficiar a indústria automobilística doméstica, responsável pela produção de veículos de menor porte e potência, enquanto a venda de veículos importados, mais potentes e mais impactados pela sobretaxa, deve desacelerar.

Tal decisão faz parte de projeto mais amplo, delineado pelo 11º Plano Quinquenal, de diminuir o consumo de energia por unidade do PIB em 20% e abater em 10% a emissão de poluentes até 2010. Em junho de 2008, a China, segundo maior mercado automobilístico mundial, já havia aumentado preços de gasolina, diesel e outros combustíveis, com intuito de reduzir demanda e, sobretudo, conter prejuízos de produtores domésticos.

[Leia mais](#)[Carta da China 39](#)

Propriedade intelectual

Empresa chinesa vence disputa judicial contra Danone

A justiça chinesa julgou, em grau de apelação, favoravelmente ao grupo Wahaha Hangzhou em sua disputa com sua parceira francesa Danone, que reivindicava direitos exclusivos de utilização da marca Wahaha. Na parceria, estabelecida em 1996, a Danone detém 51% das ações de cada uma das 39 joint-ventures com a chinesa. A maior produtora de iogurtes mundial ainda pretende recorrer da decisão a tribunais de instância superior na China.

A relação entre Danone e Wahaha Hangzhou, atualmente controlada por um ex-sócio da

Leia mais

Carta da China 27

Danone na China, Zong Qinghou, tem sido marcada por constantes disputas. Zong Qinghou foi acusado de vender as mesmas mercadorias da *joint-venture* Wahaha por meio de outras empresas que detém na China. Wahaha e Zong foram alvos de pelo menos 25 processos judiciais e de arbitragem iniciados pela Danone em 2007. Contudo, ambas as empresas concordaram em suspender todos os processos em dezembro de 2007, após Zong alegar violações de leis e determinações do governo chinês no acordo firmado em 1996.

Quando a *joint-venture* foi firmada, a Wahaha Hangzhou se comprometeu a transferir sua marca (avaliada em US\$ 13 milhões) como contribuição ao capital inicial, enquanto a Danone contribuiu com US\$ 66 milhões em dinheiro. Entretanto, o órgão chinês responsável pelo registro de marcas rejeitou a operação, entendendo que por ter sido detida por uma ex-estatal (Wahaha Hangzhou era controlada pela prefeitura da cidade de Hangzhou antes de ser adquirida por Zong), a marca pertence à cidade e à própria Wahaha Hangzhou. A solução encontrada foi manter a parceria e firmar acordo de licença de marca que não resultasse formalmente em licença exclusiva, uma vez que seria novamente rejeitado pelo órgão chinês. A Danone alega que, na prática, as partes tinham a intenção de criar um acordo com efeito de exclusividade.

Siderurgia II

Chinalco e Aricom formam *joint-venture* no nordeste chinês

A Comissão para o Desenvolvimento e Reforma Nacional (NDRC, na sigla em inglês) aprovou, em 26 de agosto de 2008, formação de *joint-venture* entre a Aricom, empresa sediada em Londres e de operações na Rússia, e a maior empresa produtora de alumínio na China, a Aluminium Corporation of China (Chinalco). A Aricom deterá participação majoritária no projeto, de 65%, e será fornecedora exclusiva de minério de ferro, de cerca de 50.000 toneladas de ilmenita anuais. Já a chinesa, irá absorver toda a produção de esponjas de titânio da futura *joint-venture*.

O empreendimento, localizado na província de Heilongjiang, nordeste chinês, deverá começar operações em 2010 e está avaliado em US\$ 106 milhões – dos quais US\$ 69 milhões serão investidos pela Aricom e US\$ 37 milhões pela Chinalco. Inicialmente, a planta deverá produzir 15.000 toneladas de esponjas de titânio anuais, porém deverá dobrar sua capacidade nos anos subseqüentes.

Sistema tributário

Maior porto de minérios de ferro da China aumenta taxa de manuseio

A Rizhao Port Co., maior porto receptor de minério de ferro da China, anunciou aumento de 11% na taxa de manuseio de minério de ferro, de US\$ 4,02 para US\$ 4,46 por tonelada, a partir de 1º de setembro de 2008. Localizado ao sul da província de Shandong, Rizhao ultrapassou o porto de Qingdao como maior receptor de minério após restrições impostas a este último em função das competições de vela das Olimpíadas. No primeiro semestre de 2008, 29,5 milhões de toneladas de minério de ferro entraram no mercado chinês através de Rizhao Port Co..

Energia

Iraque e China renovam acordo petrolífero

Após um ano de negociações, em 27 de agosto de 2008, o governo do Iraque e empresa China National Petroleum Corporation firmaram acordo que retirou a participação chinesa nos lucros da produção do campo de petróleo de Adhab. O contrato, agora somente de serviço e avaliado em até US\$ 3 bilhões, aumentará a produção para 100 mil barris por dia, com prazo de 20 anos de duração.

O antigo acordo de exploração de petróleo no Iraque fazia parte de série de contratos firmados pelo governo de Saddam Hussein, que foram revistos pelo novo governo iraquiano. Contratos com outros países também estão sendo discutidos, porém, o ministro de petróleo iraquiano, Hussein AL-Shahristani, destacou que as negociações com a China deveriam ser antecipadas, o que denota a importância desta para o Iraque.

Relacionamento bilateral I

China e Taiwan retomam cooperação energética

A aproximação entre China e Taiwan avança em novos setores da economia. Após a abertura de rotas aéreas ligando os dois países, foi negociada a retomada da exploração petrolífera conjunta em agosto de 2008. O projeto de exploração conjunta havia sido interrompido em fevereiro de 2007, quando a empresa Chinese Petroleum Corporation mudou seu nome para CPC Corporation Taiwan, o que foi considerado pelo governo chinês como ação independentista. A mudança foi justificada por Taiwan como sendo apenas uma forma de deixar clara a origem da empresa. Com as relações reatadas, as prospecções no sul da ilha serão novamente empreendidas em cooperação.

A antiga tensão entre o governo chinês e taiwanês tem sido reduzida desde a chegada de Ma Ying-jeou ao governo da ilha. A reaproximação com a China tem como um dos principais objetivos reverter a crise econômica que atingiu Taiwan.

Relacionamento bilateral II

Bush inaugura nova embaixada norte-americana em Pequim

Estados Unidos inaugurou nova embaixada em Pequim em 08 de agosto de 2008. Juntamente com a nova embaixada chinesa em Washington, as novas instalações fazem parte da crescente aproximação entre os países. O projeto, que se iniciou em fevereiro de 2004, é a segunda maior embaixada norte-americana, atrás apenas das instalações do Iraque, e custou US\$ 434 milhões. O complexo é composto por cinco prédios que abrigarão cerca de 1.100 pessoas e tem objetivo de centralizar o serviço diplomático, concentrando as 26 agências que estavam espalhadas por toda a cidade.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Vivian Alt

Zaira Lanna

Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design